

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1072/XIV/2ª

RECOMENDA AO GOVERNO QUE DEFENDA O LEVANTAMENTO DAS PATENTES DAS VACINAS CONTRA A COVID-19, TORNANDO-AS UM BEM PÚBLICO E UNIVERSAL

Foi no dia 11 de março de 2020 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia. Tinha surtos ativos e em crescimento exponencial em vários países e as perspetivas eram, na altura, de um crescimento significativo de infetados e de mortos, assim como de disseminação do novo SARS-CoV-2 por mais regiões do mundo. Acabou por ser isso que aconteceu.

Um ano depois foram diagnosticados, em todo o mundo, cerca de 118 milhões de casos e mais de 2,6 milhões de pessoas perderam a vida com esta doença. Em Portugal, onde os primeiros diagnósticos aconteceram a 2 de março de 2020, registaram-se já mais de 811 mil casos e lamentam-se mais de 16.500 mortes.

Passado um ano o conhecimento sobre o novo vírus evoluiu e sabe-se hoje muito mais sobre ele e a doença por ele provocada, mas uma certeza continua imutável: só com a vacinação em massa é que superaremos a pandemia; só atingindo a imunidade de grupo, nomeadamente através da vacinação, é que poderemos retomar as vidas.

Por isso mesmo é que vários Estados, e bem, investiram imenso dinheiro público para financiar a investigação e para subvencionar a produção da vacina contra a Covid-19. Por exemplo, a União Europeia aumentou os fundos para investigação e criou fundos para apoiar o desenvolvimento e cobrir custos com a produção da vacina. Mas não acautelaram algo essencial: a vacina deveria ser tida como um bem público, de acesso universal.

Em maio de 2020 vários líderes mundiais apelavam à partilha livre e gratuita do conhecimento e da investigação que então estava a ser feita em relação à vacina, de forma a garantir um acesso universal e equitativo. A Organização Mundial da Saúde, nomeadamente através do seu Secretário-Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, fez um apelo semelhante ao lançar uma Solidarity Call to Action onde se desafiava os países a fazer da resposta à Covid-19 um bem público comum, nomeadamente através da partilha de conhecimento e fazendo com que os resultados da investigação financiada com recursos públicos se tornassem acessíveis à escala global. Portugal foi um dos países que subscreveu esta missiva.

Também a Organização das Nações Unidas (ONU) tem apelado para que a vacina contra a Covid-19 seja um bem público acessível a todas as populações de todos os países, apelando à solidariedade e criticando as tentações de cair no ‘nacionalismo da vacina’.

A verdade é que apesar de todos os apelos e apesar de as vacinas só terem sido possíveis através do investimento público massivo em investigação e produção, as patentes estão nas mãos de indústrias privadas que estão a estrangular a produção em prol de uma posição monopolista que garanta mais e mais lucros. As vacinas, em vez de estarem a ser usadas para o bem público, estão a ser usadas para os acionistas da Pfizer, da Moderna e de outras empresas terem uma generosa distribuição de dividendos nos anos de 2020 e de 2021.

Enquanto a Pfizer dizia esperar ganhar 15 mil milhões de dólares com a vacina contra a Covid-19 e a Moderna anunciava, por sua vez, uma expectativa de ganhos na ordem dos 5 mil milhões, as entregas com que estas e outras empresas farmacêuticas se tinham comprometido atrasavam-se e faziam atrasar os planos de vacinação. Os contratos firmados com a União Europeia estão a ser consecutivamente incumpridos e a AstraZeneca já disse que no segundo trimestre de 2021 só deverá entregar metade das vacinas com que se tinha comprometido.

Resultado: as vacinas chegam a conta-gotas, os planos vacinais atrasam-se, a imunidade de grupo demorará mais a ser atingida, as medidas restritivas para contenção de contágios têm de permanecer por mais tempo e, talvez mais problemático ainda, permite-se uma maior janela temporal para que se produzam mutações do vírus potencialmente mais perigosas e resistentes.

Em Portugal, por exemplo, previa-se a entrega de 4,4 milhões de doses até ao final do primeiro trimestre; afinal deverá ser entregue cerca de metade desse valor. Em vez de termos mais de 2 milhões de pessoas vacinadas, conseguiremos, se as farmacêuticas não continuarem a falhar, ter cerca de 1 milhão. Isso atrasará todo o plano de vacinação, coisa que já foi admitida pelo próprio coordenador da task-force.

A verdade é que as patentes estão a estrangular a produção e a situação é mais dramática nos países mais pobres do mundo.

Como dizia o Secretário-Geral das Nações Unidas num artigo publicado no final de fevereiro: "Apenas 10 países administraram mais de 75% de todas as vacinas Covid-19. Enquanto isso, mais de 130 países não receberam uma única dose". Para além da desumanidade que esta desigualdade representa, espreita aqui um perigo para todo o mundo. É que, como António Guterres avisou, "se permitirmos que o vírus se propague como um fogo selvagem no Sul do globo, vai sofrer mutações constantes" e que "as novas variantes podem tornar-se mais transmissíveis, mais mortíferas e, potencialmente, uma ameaça à eficácia das vacinas e diagnósticos atuais". correndo o risco "que o vírus volte a assombrar também o Norte do globo."

Perante o estrangulamento da produção e a escassez de vacinas na esmagadora maioria do país, a OMS voltou a fazer um apelo contundente na última semana: suspendam-se as patentes das vacinas para que se possa intensificar a sua produção e se possa garantir um acesso rápido e universal às mesmas.

Esse deve ser o caminho. A vacina deve ser um bem público e não uma mercadoria propriedade de umas poucas empresas; a vacina deve ser de todos e para todos, até porque a sua investigação e produção foi altamente financiada e subsidiada por dinheiro público; a pandemia combate-se com solidariedade entre países e povos e não com o monopólio e açambarcamento.

O Governo português deve assumir, a nível internacional, a posição da solidariedade e da universalidade da vacina, até se quer ser coerente com o apoio que já deu num passado recente ao apelo da OMS. Deve defender, na União Europeia e nas várias instâncias internacionais, aquilo que é justamente defendido pela OMS e pela ONU: o levantamento das patentes, a partilha livre e gratuita de todo o conhecimento e de todos os dados resultantes da investigação sobre a vacina contra a Covid-19, a diversificação de locais

de produção, a massificação da produção e a distribuição mais rápida e célere da vacina por todos os países.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 - Defenda, na União Europeia e nas várias instâncias internacionais, o levantamento das patentes sobre as vacinas contra a Covid-19 e a partilha de todos os dados resultantes da investigação, acompanhando assim as posições da Organização Mundial de Saúde e da Organização das Nações Unidas;

2 – Defenda ainda, em consequência do levantamento das patentes, que as vacinas contra a Covid-19 sejam um bem público de acesso universal cuja produção deve ser diversificada e com distribuição equitativa a todos os países do mundo.

Assembleia da República, 9 de março de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Jorge Costa; Alexandra Vieira;
Beatriz Dias; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; Joana Mortágua; João Vasconcelos;
José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro;
Maria Manuel Rola; Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Sandra Cunha; Catarina Martins